



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9595 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

Rankings acadêmicos como mecanismos de responsabilização pública: evidências das universidades estaduais paulistas

André Felipe Dutra Martins Rocha Elias - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

Gladys Beatriz Barreyro - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES, CNPQ E FULBRIGHT

Rankings acadêmicos como mecanismos de responsabilização pública: evidências das universidades estaduais paulistas

Resumo

Rankings acadêmicos adquiriram notória popularidade na última década. Diante dessas circunstâncias, diferentes pesquisas têm analisado os modos pelos quais *rankings* acadêmicos estão transformando significados e valores na educação superior e na governança universitária. Mais especificamente, alguns trabalhos têm compreendido os *rankings* acadêmicos como mecanismos de responsabilização pública (*accountability*), destacando seu papel na orientação de estudantes-consumidores no mercado de educação superior. Não obstante, essas pesquisas analisaram o papel dos *rankings* em países cujas estruturas institucionais diferem significativamente daquelas observadas no Brasil. Pode-se questionar, portanto, como os *rankings* têm se institucionalizado como mecanismos de *accountability* na ausência de mercados admissionais, como é o caso das universidades públicas brasileiras. Para investigar essa questão, esta pesquisa se dedicou à análise da mobilização de *rankings* acadêmicos no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Universidades Paulistas. Os resultados da pesquisa evidenciam que os *rankings* têm alterado a produção de sentido na educação superior brasileira, criando uma identificação quase naturalizada entre os seus resultados e a excelência acadêmica. Dessa forma, os *rankings* têm se tornado referências importantes na formação de opinião do legislativo paulista, o que incita as universidades a se reportarem e ser responsabilizadas pelos seus resultados em tais classificações.

Palavras-chave: *rankings* acadêmicos; responsabilização pública; educação superior

Apresentação e problema de pesquisa

Desde o final do século XX, *rankings* acadêmicos têm ganhado progressiva notoriedade no debate público sobre educação superior, levando a pesquisadores de diferentes áreas a investigarem seus métodos, histórias e efeitos sobre a governança das instituições. Embora os *rankings* tenham ganhado notoriedade internacional como objeto de pesquisa mais recentemente, sua emergência em diferentes países já ocorria ao menos desde a década de 1980: Playboy Melhores Faculdades (Brasil, 1982), U.S News & World Report Best Colleges

(Estados Unidos, 1983), Mclean's *University Rankings* (Canadá, 1991) (CALDERÓN; MATIAS; LOURENÇO, 2014; USHER, 2017).

Os *rankings* acadêmicos ganharam ainda mais vitalidade com o surgimento dos *rankings* internacionais, já no início do século XXI. O primeiro deles, o *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), foi criado com o objetivo de balizar a constituição de uma liga de universidades de classe mundial na China (LIU; CHENG, 2005; USHER, 2017). A despeito dos interesses nacionais envolvidos na elaboração do ARWU, sua repercussão em escala global acabou suscitando a criação de *rankings* voltados a informar um suposto mercado global de educação superior. Em 2004, a revista britânica *Times Higher Education* (THE), em parceria com a consultoria educacional *Quacquarelli Symonds* (QS), criou seu primeiro *ranking* universitário – *Times Higher Education-QS World University Ranking*. Cinco anos depois, as empresas encerraram a parceria e passaram a publicar seus próprios *rankings* separadamente.

A crescente relevância dos *rankings* acadêmicos na educação superior despertou a atenção de pesquisadores, que procuraram compreender suas origens, metodologias e efeitos sobre a governança de instituições e sistemas de educação superior. Sobre o último ponto, Wells e Marope (2013) destacam como as universidades têm sido constantemente interpeladas a “explicar ao público seus desempenhos em um conjunto de critérios utilizados em *rankings*” (WELLS; MAROPE, 2013, p. 13). Essa constituição dos *rankings* como mecanismos de *accountability* foi analisada em maiores detalhes em trabalhos como Hazelkorn (2011) e Espeland e Sauder (2016). Hazelkorn (2011) destaca a preocupação de lideranças acadêmicas com a influência dos *rankings* sobre a formação das preferências dos interessados (*stakeholders*), o que tem levado as instituições a considerar tais classificações em desenhos de planejamentos estratégicos, nos processos de avaliação institucional e no desenvolvimento de estratégias de *marketing*, entre outros. Já Espeland e Sauder (2016) questionam como *rankings*, que são tão contestados cientificamente, puderam se tornar tão relevantes a ponto de as universidades passarem a ter que explicar seus resultados. Segundo os autores, os *rankings* estariam mudando a produção de sentido no campo das escolas de direito, “criando novas conceitualizações sobre como uma escola se compara à outra, o que significa ser bem-sucedido, e como identidades são construídas e mantidas” (Espeland e Sauder, 2016, p. 38-39).

Um dos principais canais de institucionalização dessas classificações como mecanismos de *accountability* é o mercado de admissão de alunos. Trabalhos como Stevens (2009), Espeland e Sauder (2016) e Bowman e Bastedo (2009) têm salientado como os *rankings* orientam a escolha dos alunos no mercado admissional e os efeitos desse processo sobre a dinâmica organizacional das instituições, ao tornarem públicos e amplamente visíveis seus desempenhos individuais.

Quando se confrontam essas análises com a realidade das universidades públicas brasileiras, logo se nota não haver condições institucionais similares para a realização desse tipo de *accountability* orientada ao consumidor. Contudo, embora as universidades públicas brasileiras não integrem um mercado de admissão, elas têm reportado e justificado seus resultados nos *rankings* sistematicamente, chegando a incorporá-los aos seus planos de desenvolvimento institucional (THIENGO; BIANCHETTI; MARI, 2018).

Na inexistência de um mercado admissional, quais seriam, então, os canais de institucionalização dos *rankings* como mecanismos de *accountability* das universidades públicas brasileiras? Levando em conta que os *rankings* acadêmicos têm motivado decisões e formado opiniões (HAZELKORN, 2011), pretende-se verificar como eles têm influenciado o posicionamento das autoridades políticas no país e seus possíveis efeitos sobre a

responsabilização pública das universidades. Para tal, optou-se por delimitar a pesquisa às interações entre as universidades e o legislativo paulista estabelecidas durante a CPI das Universidades Paulistas – Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade do Estadual Paulista (UNESP).

Criada com a finalidade de “investigar irregularidades na gestão das universidades públicas no estado” (SÃO PAULO, 2019, p. 2), a referida CPI realizou 20 reuniões, nas quais foram convidados reitores, pró-reitores e ex-reitores, a fim de prestar informações sobre possíveis irregularidades administrativas nas suas respectivas instituições. Também foi convidado o então presidente do Tribunal de Contas da União, Antônio Roque Citadini, representado na figura do então diretor-geral do órgão, Sérgio Siqueira Rossi. Nesse sentido, a CPI das Universidades Paulistas foi uma espécie de cerimônia de *accountability* das universidades paulistas, o que lhe torna um locus privilegiado para se verificar que papel têm tido os *rankings* na prestação de contas e responsabilização pública das universidades.

Metodologia

Esta pesquisa, de tipo qualitativa, analisou as transcrições das reuniões ocorridas no âmbito da CPI das Universidades Estaduais Paulistas. Os documentos são de domínio público, disponíveis no portal da Assembleia Legislativa de São Paulo. Utilizou-se a palavra-chave *ranking* para pesquisar a incidência do termo nas reuniões.

Após inventariar todas as menções aos *rankings*, constando data e posição institucional dos autores, foi analisado o conteúdo de cada uma das menções. Procurou-se compreender se, e de que modo, os resultados nos *rankings* faziam parte das relações entre os parlamentares e as universidades públicas, constituindo certa mediação simbólica entre as partes.

Análise dos resultados

A análise das menções aos *rankings* durante as reuniões da CPI das Universidades evidencia sua relevância para a construção de sentidos na educação superior. Embora alguns reitores tenham feito ressalvas com relação aos *rankings*, não se notou nenhum questionamento de sua legitimidade como forma de avaliação das universidades. Pelo contrário, interpelados pelos seus resultados em *rankings*, reitores e pró-reitores procuraram explicar e justificar o desempenho de suas universidades aos parlamentares.

Os diferentes modos de mediação dos *rankings* foram classificados em quatro diferentes categorias: 1) inquirição das universidades pelos seus resultados; 2) ferramenta de interpelação por mudanças institucionais; 3) batalha de narrativas; 4) autoelogio.

1) Em diversas oportunidades, *rankings* foram utilizados para inquirir e criticar as universidades pelos seus desempenhos acadêmicos. Em questionamento ao então reitor da UNESP, Sandro Roberto Valentini, o deputado estadual Arthur do Val (DEM) cita os orçamentos da UNESP e da Universidade de Paris 1, Sorbonne, alegando um desempenho relativo inferior da universidade paulista nos *rankings* internacionais: “isso pode ser considerado algum tipo de ineficiência?” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO, 2019a, p. 28). Similarmente, o então diretor-geral do Tribunal de Contas do Estado, Sérgio Siqueira Rossi, após apontar uma série de supostas evidências de má gestão por parte das universidades, cita a queda nos *rankings* como “o pior de tudo”, motivo de grande tristeza para a sociedade paulista (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO, 2019b, p. 12)

2) *Rankings* foram utilizados em comparações orientadas à sugestão de mudanças na governança das universidades. Em diferentes ocasiões, o deputado Daniel José (NOVO) questionou as atuais estruturas de governança das universidades estaduais paulistas, utilizando

como referência de boas práticas de gestão aquelas realizadas nas instituições mais bem ranqueadas. Em menção explícita à *Boston University*, o autor menciona a suposta importância das parcerias com o setor privado na ascensão da universidade da 52^a à 35^a posição em algum *ranking* não mencionado. Ao final da sua fala, o deputado questiona o reitor da USP: “quais são os planos de parceria público-privada para a USP?” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO, 2019c, p. 53)

3) *Rankings* foram usados em narrativas antagônicas, constituindo uma batalha discursiva durante as reuniões da CPI. Por um lado, deputados como Arthur do Val (DEM) e Daniel José (NOVO) utilizaram os resultados de *rankings* para questionar o desempenho das universidades paulistas em comparação às mais prestigiadas universidades do mundo. Por outro lado, os deputados Barros Munhoz (PSB) e a professora Bebel (PT) destacavam os resultados das universidades paulistas nos *rankings* específicos, delimitados por área do conhecimento (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO, 2019d, p. 70–71) . Criou-se, então, um cenário de uma batalha de narrativas, na qual cada deputado mobilizava resultados em diferentes *rankings* acadêmicos para endossar a sua posição.

4) *Rankings* também foram mobilizados como uma espécie de autoelogio. Em apresentação aos deputados, o então reitor da UNESP, Sandro Roberto Valentini, mencionou explicitamente os resultados da universidade em *rankings* internacionais ao se referir à sua excelência, celebrando a recente inclusão da UNESP entre as 10 melhores universidades no *Latin America THE Ranking*: “Ontem saiu as top-10, a Unesp entra finalmente para as top-10 da América Latina” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO, 2019a, p. 18)

Considerações finais

A investigação das formas de mobilização dos *rankings* durante as reuniões da CPI das Universidade Paulistas permite destacar pelo menos três pontos. Em primeiro lugar, *rankings* têm orientado a produção de sentido na educação superior, identificando – de forma quase naturalizada – os resultados nos rankings com a excelência, sobretudo fora do ambiente acadêmico. Segundo, ao se constituírem como referência pretensamente objetiva da excelência acadêmica, os *rankings* têm orientado a formação do posicionamento dos legisladores sobre a educação superior, fato evidenciado pelas inúmeras menções dos parlamentares paulistas aos *rankings* na discussão sobre a qualidade das universidades. Por fim, ao exaltarem seus resultados nos *rankings*, as próprias universidades reforçam a identificação deles como métricas da excelência acadêmica, contribuindo para a sua institucionalização como mecanismos de *accountability*.

Referências

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Ata de reunião - 19 de junho de 2019**. São Paulo: Assembléia Legislativa de São Paulo, 2019a.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Ata de reunião - 11 de junho de 2019**. São Paulo: Assembléia Legislativa de São Paulo, 2019b.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Ata de reunião - 24 de junho de 2019**. São Paulo: Assembléia Legislativa de São Paulo, 2019c.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Ata de reunião - 09 de outubro de 2019**. São Paulo: Assembléia Legislativa de São Paulo, 2019d.

BOWMAN, N. A.; BASTEDO, M. N. Getting on the Front Page: Organizational Reputation, Status Signals, and the Impact of U.S. News and World Report on Student Decisions.

Research in Higher Education, v. 50, n. 5, p. 415–436, 1 ago. 2009.

CALDERÓN, A. I.; MATIAS, R. C.; LOURENÇO, H. DA S. Rankings na educação superior: as melhores faculdades do Brasil (1982-2000). **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 57, p. 226–247, 30 abr. 2014.

ESPELAND, W.; SAUDER, M. **Engines of Anxiety: Academic Rankings, Reputation, and Accountability**. New York: Russell Sage Foundation, 2016.

HAZELKORN, E. **Rankings and the Reshaping of Higher Education: The Battle for World-Class Excellence**. New York: Springer, 2011.

LIU, N. C.; CHENG, Y. The Academic Ranking of World Universities. **Higher Education in Europe**, v. 30, n. 2, p. 127–136, 1 jul. 2005.

SÃO PAULO (ESTADO). Relatório Final dos Trabalhos: Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar irregularidades na gestão das universidades públicas do estado, em especial, quanto à utilização do repasse de verbas públicas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, v. 129, n. 225, p. Suplemento, 2019.

STEVENS, M. L. **Creating a class: college admissions and the education of elites**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009.

THIENGO, L. C.; BIANCHETTI, L.; MARI, C. L. D. Rankings Acadêmicos e Universidades de Classe Mundial: relações, desdobramentos e tendências. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 1041–1058, 2018.

USHER, A. A short global history of rankings. In: HAZELKORN, E. (Ed.). **Global rankings and the geopolitics of higher education: understanding the influence and impact of rankings on higher education, policy and society**. Abington: Routledge, 2017. p. 23–53.

WELLS, P.; MAROPE, M. University Rankings: The Many Sides of the Debate. In: HAZELKORN, E.; WELLS, P.; MAROPE, M. (Eds.). **Rankings and Accountability in Higher Education: Uses and Misuses**. Paris: UNESCO, 2013.